



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO (UNIVS)
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

DAVI CARMO ALENCAR

“DESCASCOU O MEDO PRA CABER CORAGEM”: escre(vivendo) resistências de
corpos dissidentes em gênero e sexualidade no cotidiano escolar

ICÓ-CEARÁ
2024

DAVI CARMO ALENCAR

“DESCASCOU O MEDO PRA CABER CORAGEM”: escre(vivendo) resistências de corpos dissidentes em gênero e sexualidade no cotidiano escolar

Artigo científico submetido à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Bacharelado em Psicologia, pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. M^a. Meury Gardênia Lima de Araújo

DAVI CARMO ALENCAR

“DESCASCOU O MEDO PRA CABER CORAGEM”: escre(vivendo) resistências de corpos dissidentes em gênero e sexualidade no cotidiano escolar

Artigo científico aprovado em 26/11/2024, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS.

BANCA EXAMINADORA



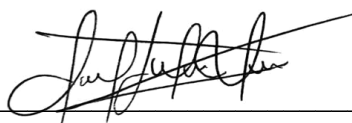
Prof.^a. M.^a. Meury Gardênia Lima de Araújo

Orientadora (UniVS)



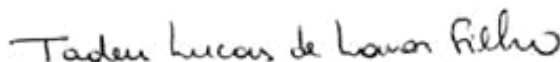
Prof.^a. M.^a. Thamires Pereira Alves

Avaliadora (UniVS)



Prof. Me. Lielton Maia Silva

Avaliador (UniVS)



Prof. Dr. Tadeu Lucas de Lavor Filho

Avaliador (UECE)

ICÓ-CEARÁ
2024

Aos corpos inquietos que traçam no cotidiano as trilhas invisíveis da existência e recriam, com cada passo, novas possibilidades de viver. Que esta escrita seja também um ato de (re)existir, um reflexo da coragem daqueles(as) que, assim como eu, encontram no próprio ser a força para transformar suas realidades.

AGRADECIMENTOS

À mim mesmo, por dar espaço à minha coragem.

Aos meus pais, Mauriza e Oscar, raízes do meu vôo. À minha mãe, cujo abraço, mais que gesto, é o movimento constante que me envolve e me guia. Ao meu pai, cuidado e apoio quando as palavras não conseguem alcançar. Juntos, com todo amor a mim depositado, são a minha inspiração para sonhar alto e voar com segurança, sabendo que sempre terei onde (re)pousar. Minha irrestrita gratidão.

Ao meu irmão, Levi, meu farol constante, cuja presença ilumina o meu caminho. À minha prima, Vitória, a leveza dos meus dias e o meu lembrete das alegrias nas pequenas-grandes conquistas. Vocês são minha força motriz e afeto em cada passo dado.

Aos meus amigos, Layla, Mariana, Artur César, Hévylla, João Pedro, Josenildo Júnior, Débora, Daniel, Filipe, Adriane, Maurício e Ismael. Não há narrativa do meu Eu que não os incluam. Obrigado por colorirem a minha vida. “Quem tem um amigo, tem tudo”.

Às minhas amigas-colegas de graduação e vida, Wanessa Moreira, Iara Moreira, Raianny Alexandre e Beatriz Urquiza. Juntos nos tornamos forças multiplicadas, e o que seria um caminho solitário se tornou uma jornada compartilhada, cheia de risos, aprendizagem e apoio incondicional. A cada passo, nossa amizade foi um porto seguro de impulso. “Tudo o que ‘nóis’ tem é ‘nóis’”.

À minha supervisora de estágio e monitoria, orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso e, sobretudo, amiga, Meury Gardênia, cuja presença foi a correnteza que me levou a descobrir potências e possibilidades antes desconhecidas. Sou grato por cada palavra e gestos que me ajudaram a navegar com maior clareza por este percurso. Sua docência e vida me inspiram.

Aos meus professores que, como artesãos, esculpiram em mim a base de um saber em constante transformação, a partir de uma Psicologia ética, compromissada e implicada. Em especial à Tadeu Lucas, por me fazer descobrir um sentido na minha graduação, mostrando-me não apenas o que aprender, mas como viver o “desmedido amor” pelo conhecimento. Sou profundamente grato pelas orientações acadêmicas e pela amizade construída, para além dos muros da universidade.

Por fim, agradeço a todas as mãos dadas, aos encontros de passagem, de permanência, que me inspiraram. A todos/as que foram acolhida e fizeram de si um lugar para eu poder ser, muito obrigado.

*Sem ponto, sem virgula, sem meia, descalça
Descascou o medo pra caber coragem
Sem calma, sem nada, sem ar
Borrifou um segredo pra fazer a Lua
Temperou com calma teu desassossego
Empanou com areia tua calma santa
Salvou um beijo
Chorou na despedida, mas gozaram chamadas
Amanheceu à guarda de esperar o sono
Desesperou de medo quando ficou tarde
Chamou minha atenção
Fazendo serenata
O mergulho foi tão bom que me encheu de graça
Molhou meu coração, ebulindo fumaça
Num delirante assovio, psiu, psiu, psiu
Num delirante assovio, psiu, psiu, psiu
("Psiu", Liniker, 2021)*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 “SEM PONTO, SEM VÍRGULA, SEM MEIA, DESCALÇA”: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA EM CORPOS DISSIDENTES.....	12
2.2 “PRA QUEM NÃO SABIA CONTAR GOTAS, ‘CÊ’ APRENDEU A NADAR”: DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA.....	14
2.3 “BORRIFOU UM SEGREDO PRA FAZER A LUA”: O ATO DE NARRAR E ESCRE(VIVER) RESISTÊNCIAS: CONCEIÇÃO EVARISTO COMO REFERÊNCIA.....	17
3 METODOLOGIA.....	19
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	19
3.2 CONTEXTO DA PESQUISA.....	20
3.3 LÓCUS DA PESQUISA.....	21
3.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	22
3.5 FERRAMENTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA-INTERVENÇÃO.....	22
3.5.1 Grupo focal.....	22
3.5.2 Diários escre(viventes).....	22
3.6 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS.....	23
3.7 ASPECTOS ÉTICOS.....	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	24
4.1 “ELA ACABOU DE NASCER”: ENUNCIÇÃO DO EU.....	26
4.2 “A PESSOA QUE GOSTA DE NASCER COM UM GÊNERO, EU ACHO QUE ESSA PESSOA É UM HOMEM”: DESAFIOS E PRECONCEITOS SOCIAIS.....	28
4.3 “SE UMA ESCOLA É PRA ENSINAR, POR QUE NÃO ENSINAM A RESPEITAR?": CICATRIZES DO COTIDIANO ESCOLAR.....	30
4.4 “É UMA FORÇA COMUNITÁRIA QUE SE FORMA”: ECOS DE REPRESENTATIVIDADE E RESISTÊNCIAS.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	39
ANEXO I.....	43
ANEXO II.....	46
ANEXO III.....	50
ANEXO IV.....	51

“DESCASCOU O MEDO PRA CABER CORAGEM”: escre(vivendo) resistências de corpos dissidentes em gênero e sexualidade no cotidiano escolar

Davi Carmo Alencar¹
Meury Gardênia Lima de Araújo²

RESUMO

Esta pesquisa investiga a enunciação de estudantes secundaristas sobre dissidências de gênero e sexualidade no cotidiano escolar, considerando as normatividades sociais que moldam a construção identitária e a sociabilidade nos espaços educacionais. As dinâmicas de olhares desviados, falas silenciadas e presenças marginalizadas em relação às dissidências de gênero e sexualidade no ambiente escolar perpetuam uma cultura de exclusão. Com base em estudos decoloniais e no conceito de “escrevivência” de Conceição Evaristo, este trabalho buscou dar foco às enunciações de estudantes acerca dessas dissidências, (re)contando as possibilidades de ser/estar no presente cotidiano escolar. Considerando a escola como um espaço de multiplicidade, mas também adversidades, a problemática dessa pesquisa delinea-se a partir da seguinte indagação: Como estudantes secundaristas produzem escrevivências acerca de suas dissidências de gênero e sexualidade no cotidiano escolar? O objetivo geral é discutir as condições de enunciação de estudantes secundaristas acerca das dissidências de gênero e sexualidade vivenciadas no cotidiano de uma escola pública. Os objetivos específicos são: a) discutir, sob um prisma psicossocial, a produção de subjetivação constituída pelas questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar; b) analisar a produção discursiva das experiências de estudantes secundaristas por meio da escrevivência enquanto uma ferramenta metodológica; c) investigar os modos de resistência produzidos por estudantes secundaristas como políticas antidiscriminatórias de suas próprias existências, na redução de estereótipos de gênero e sexualidade. Com abordagem qualitativa e delineamento descritivo e exploratório, utilizou-se uma metodologia de pesquisa de campo sob o método da pesquisa-intervenção. A pesquisa envolveu encontros de grupo focal com estudantes do 9º ano de uma escola pública, combinando grupos de discussão e diários escre(viventes). Os dados foram analisados com a Análise de Conteúdo de Bardin, auxiliada pelo *software* Atlas Ti, sendo a escrevivência utilizada como ferramenta de análise das resistências às normas dominantes. A enunciação de corpos dissidentes de gênero e sexualidade no ambiente escolar envolveu diferentes formas de expressões dos estudantes, enquanto sujeitos ativos da construção de suas identidades por meio de narrativas que desafiaram as normas cis-heteronormativas. Essas práticas se tornaram atos de resistência e reinvenção, promovendo novos modos de subjetividade e pertencimento em um espaço marcado tanto por exclusões quanto por silenciamentos. Os relatos apontam a necessidade de práticas educacionais inclusivas, da capacitação de educadores para lidar com questões de gênero e sexualidade, e do reconhecimento das diferentes identidades dos estudantes, amplificando vozes historicamente silenciadas. Almeja-se que este estudo agregue aos campos da Psicologia e áreas correlatas, promovendo um aprofundamento nas discussões sobre subjetivação, escrevivência, gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Cotidiano Escolar. Escrevivência. Gênero e Sexualidade. Resistência.

¹Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS). E-mail: davicarmoalencar@gmail.com

²Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Licenciatura em Letras Português (FECLESC/UECE). Bacharelado em Psicologia (UniCatólica). Especialista em Gestão e Saúde (UECE). Professora do Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS). E-mail: meurygardenia@univs.edu.br

ABSTRACT

This research investigates the enunciation of high school students regarding gender and sexuality dissidence in the school environment, considering the social norms that shape identity construction and sociability within educational spaces. The dynamics of averted glances, silenced voices, and marginalized presences concerning gender and sexuality dissidence in the school setting perpetuate a culture of exclusion. Based on decolonial studies and the concept of “escrevivência” (write-living) by Conceição Evaristo, this study aimed to highlight the students' enunciations about these dissidences, (re)telling the possibilities of being/existing in the present within the school environment. Considering the school as a space of multiplicity but also adversities, the research question is framed as follows: How do high school students produce "escrevivências" about their gender and sexuality dissidences in the school setting? The general objective is to discuss the conditions of enunciation for high school students regarding the gender and sexuality dissidences experienced in the daily life of a public school. The specific objectives are: a) to discuss, from a psychosocial perspective, the production of subjectivities shaped by gender and sexuality issues in the school environment; b) to analyze the discursive production of students' experiences using escrevivência as a methodological tool; c) to investigate the forms of resistance developed by high school students as anti-discrimination policies of their own existence, aiming to reduce gender and sexuality stereotypes. With a qualitative approach and descriptive-exploratory design, a field research methodology was used under the intervention-research method. The study involved focus group sessions with 9th-grade students from a public school, combining discussion groups and “escre(viventes)” (write-living) diaries. The data were analyzed using Bardin's Content Analysis, assisted by Atlas Ti software, with escrevivência serving as an analytical tool for resistance to dominant norms. The enunciation of dissident gender and sexuality bodies in the school environment involved various forms of expression from students as active subjects in the construction of their identities through narratives that challenge cis-heteronormative norms. These practices became acts of resistance and reinvention, promoting new ways of subjectivity and belonging in a space marked by both exclusion and silencing. The narratives highlight the need for inclusive educational practices, the training of educators to address gender and sexuality issues, and the recognition of students' diverse identities, amplifying voices that have historically been silenced. It is hoped that this study will contribute to the fields of Psychology and related areas, fostering deeper discussions on subjectivation, “escrevivência”, gender, and sexuality.

Keywords: School Environment. Write-Living. Gender and sexuality. Resistance.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa dedica-se à enunciação de estudantes secundaristas acerca das dissidências de gênero e sexualidade vivenciadas no cotidiano escolar. Considerando as normatividades dos papéis sociais sobre as quais a sociedade atual está construída, é crucial promover debates sobre essas dissidências e os efeitos produzidos na sociabilidade e construção identitária dos sujeitos, ampliando o entendimento sobre a alteridade presente nos espaços educacionais e suas implicações.

A inclusão do debate sobre gênero está ligada diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. Ao "rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual", elas desejam acentuar, através da linguagem, "o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo" (Scott, 1995, p. 72). Quando o conceito de gênero é abordado pelo senso comum, geralmente é associado diretamente aos binários masculino e feminino, influenciados por concepções biologizantes. No entanto, ao dirigir o foco para o caráter "fundamentalmente social", gênero é entendido como uma ferramenta analítica e política, enfatizando a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (Louro, 1997).

Bento (2006, p. 13) analisa a norma de gênero a partir do que a genitália foi instituída nos parâmetros dos papéis sociais: "Vagina - mulher - emoção - maternidade - procriação - heterossexualidade; pênis - homem - racionalidade - paternidade - procriação - heterossexualidade". Esse sistema, fundamentado na diferença sexual, sugere uma concordância entre gênero e sexualidade. O conceito de sexualidade, conforme examinado por Foucault (1988), destaca-se como um dispositivo da modernidade composto por práticas tanto discursivas quanto não discursivas, que moldam a percepção do indivíduo como o sujeito de sua própria sexualidade. Estas práticas envolvem conhecimentos e poderes que buscam padronizar, controlar e estabelecer "verdades" sobre o sujeito em relação ao seu corpo e seus prazeres.

Dessa forma, as instituições, das quais incitam a diferenciação dos gêneros, coadunam-se a regimes que estão normatizando, policiando e vigiando os possíveis deslocamentos que revelam a ficção de pensar que os múltiplos desejos que constituem o sujeito são oriundos de estruturas biológicas e hormonais. O sujeito localiza suas dores exclusivamente em sua subjetividade, não conseguindo perceber os dispositivos sociais que atuam na produção dessa verdade (Bento, 2006).

O ambiente escolar como instituição de investigação desta pesquisa é pensado como um local estratégico de discussão, considerando a multiplicidade de sujeitos envolvidos e de processos de sociabilidade. Na escola, as relações sociais de jovens estudantes são atravessadas por diferentes discursos, símbolos e representações, assim como (re)produções de suas experiências sobre sexo, afetividade, desejo e conhecimento de seus corpos. Focalizar as dissidências de gênero e sexualidade no ambiente escolar é uma maneira de expor os processos de exclusão ainda presentes nesse *lócus*. Todavia, também é uma forma de indicar a existência de outros olhares para pluralidades subjetivas e coletivas dos estudantes. Os olhares para pessoas LGBTQIAP+ no ambiente escolar são, muitas vezes, desviados devido à

persistência da norma cis-hétero-patriarcal que enfatiza e reforça algumas hierarquias, resultando em sofrimento e outros problemas que impactam diretamente nos caminhos educacionais desses sujeitos, como baixo desempenho acadêmico e evasão escolar, por exemplo (Louro, 1997).

Os olhares desviados, as falas silenciadas e presenças indesejadas acerca das dissidências de gênero e sexualidade no ambiente escolar contribuem para a perpetuação de uma cultura de exclusão. Desse modo, o bem-estar emocional e psicológico dos estudantes são afetados negativamente, os impedindo de acessar plenamente as oportunidades educacionais e sociais disponíveis para seus pares, seguindo uma lógica de enquadramento e (re)modelação. A participação de professores e alunos nas discussões e análises de gênero e sexualidade “possibilita aos indivíduos a (des)construção e (re)construção de conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo” (França; Calsa, 2009, p.7). No entanto, nota-se uma postergação quanto a este concernente participatório.

Destarte, considerando a escola como um espaço de multiplicidade, mas também adversidades, a pergunta de partida desta pesquisa é: *como estudantes secundaristas produzem escritivências acerca de suas dissidências de gênero e sexualidade no cotidiano escolar?*

São essas reflexões iniciais que inspiram a realização dessa pesquisa. Enquanto pesquisador principal faz-se relevante dizer quem sou: brasileiro, nordestino e interiorano do Ceará, um homem que conta com um lugar confortável de privilégios brancos e cisgênero que, enquanto acadêmico, assume o “desafio de ouvir e falar com outras vozes” (Simas e Rufino, 2019). Um exercício de escrever a partir de outros referenciais, com outras pessoas e perspectivas. Implicando uma prática complexa sobre (as tentativas de) produções de conhecimento, pois estamos constantemente expostos aos riscos de reproduzir padrões coloniais enraizados em nossa sociedade.

Parte-se do pressuposto de que, sob uma ótica da Psicologia Escolar e da Psicologia Social, é possível revelar relatos do cotidiano que acompanham os sujeitos em seus diversos modos de existir. Logo, a partir de estudos decoloniais, e do conceito de “escrivência” da autora Conceição Evaristo, este trabalho buscou dar foco às enunciações de estudantes secundaristas acerca das dissidências de gênero e sexualidade vivenciadas em uma escola pública da cidade de Icó/Ce, (re)contando sobre as possibilidades de ser/estar ao tempo presente vivenciado no cotidiano escolar. Uma escrita que dá contornos mais humanos a uma narrativa, fundindo escrita e vida, entrelaçadas a ficção (Evaristo, 2017).

Com o intuito de abordar a questão norteadora desta pesquisa, delimita-se como objetivo geral: discutir as condições de enunciação de estudantes secundaristas acerca das dissidências de gênero e sexualidade vivenciadas no cotidiano de uma escola pública. Os objetivos específicos que orientam esta investigação são: a) discutir, sob um prisma psicossocial, a produção de subjetivação constituída pelas questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar; b) analisar a produção discursiva das experiências de estudantes secundaristas por meio da escrevivência enquanto uma ferramenta metodológica; c) investigar os modos de resistência produzidos por estudantes secundaristas como políticas antidiscriminatórias de suas próprias existências, na redução de estereótipos de gênero e sexualidade.

Segundo Junqueira (2009), a instituição escolar aparece como um dos principais espaços onde pessoas LGBTQIAP+ relatam ter sofrido, ou ainda sofrerem, violências, muitas vezes atuando para legitimar hierarquias e relações de poder, funcionando sob a lógica da opressão a que essa população está submetida. Portanto, esta pesquisa evidencia sua relevância social e educacional, seu potencial para informar intervenções e políticas escolares, empoderar os próprios estudantes e contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico, sendo premente fazer pensar a importância do olhar do(a) psicólogo(a) para o ambiente escolar, corroborando em sua formação, visto que essas temáticas são necessárias nesse espaço institucional. Deste modo, a presente pesquisa justifica-se por compreender e abordar as questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar, especialmente entre estudantes secundaristas dissidentes. A escola, como espaço de formação, desempenha um papel crucial na preparação de sujeitos para um futuro mais justo e acolhedor.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 “SEM PONTO, SEM VÍRGULA, SEM MEIA, DESCALÇA”³: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA EM CORPOS DISSIDENTES

Em diversos campos teóricos e espaços institucionais e políticos, o conceito de gênero é considerado uma ferramenta útil para analisar as relações sociais e as hierarquias de poder,

³O presente trabalho ancora-se na jornada de resistências e (trans)formações pessoais interpretadas na música “Psiu”, escrita e interpretada pela compositora, cantora, atriz e artista visual trans, Liniker. Por este motivo, decidiu-se utilizar alguns trechos para intitular este trabalho, tanto o título principal quanto os títulos da fundamentação teórica correspondentes ao conteúdo discorrido. Disponível em: <https://www.musixmatch.com/pt/letras/Liniker-3/psiu>.

assim como as desigualdades que influenciam as experiências de diferentes sujeitos (Bonfim; Mesquita, 2020). A noção de gênero funciona por um sistema que molda e restringe os aspectos do cotidiano de corpos dissidentes. Por essa razão, desde muito cedo, antes mesmo do nascimento, cada pessoa é designada a um lugar específico dentro do sistema binário - masculino e feminino - de gênero, sendo enquadrada a seguir uma série de normas predefinidas socialmente (Butler, 2017).

A concepção de gênero como algo estritamente binário resulta na exclusão de todas as perspectivas de gênero não binárias e suas diversas manifestações, muitas das quais têm raízes pré-coloniais e permanecem resilientes em um contexto pós-colonial. Essas perspectivas são diversas e não se baseiam em uma visão eurocêntrica ou ocidental (Leite Junior, 2023).

Tal conceito tem contribuído para relativizar, tensionar e problematizar as questões relacionadas às diferenças de gênero consideradas orgânicas. No entanto, gênero não deve ser essencialmente associado ao determinismo biológico (Scott, 1995). Desde os anos 1950 e 1960, ascende a ideia de que não se nasce homem ou mulher, como apontado por Simone de Beauvoir (1967, p. 9) em "O segundo sexo": “[...] nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”. Conforme argumenta Nascimento (2021, p. 41), é preciso romper “com as ideias essencialistas, carnavalizar as fronteiras entre o biológico e o cultural, entendendo o gênero como performance, como processo de produção dos nossos corpos, do sexo”.

Louro (1997) destaca que o conceito de gênero vai além da diferenciação de “papéis” e “funções” atribuídas ao masculino e feminino. Para a autora, reduzir esse conceito apenas a esses concernentes corre-se o risco de aceitar regras arbitrárias impostas por uma determinada cultura ou sociedade aos seus membros, definindo comportamentos, formas de ser, vestimentas, atitudes, entre outros aspectos. A intenção é, portanto, compreender o gênero como um elemento constituinte da identidade dos sujeitos.

Compreende-se que os indivíduos possuem identidades plurais e múltiplas, que estão em constante transformação e não são cristalizadas. Dessa forma, o sentimento de pertencimento a diferentes grupos — como étnicos, sexuais, de classe, de gênero, entre outros — compõe a identidade do sujeito e pode fazer com que ele se sinta “empurrado em diferentes direções”, como mencionado por Hall (2006, p.13). Ao declarar que o gênero institui a identidade, refere-se a algo além do desempenho de papéis, reconhecendo que o gênero faz parte intrínseca do sujeito, constituindo sua identidade (Louro, 1997).

Nota-se que o conceito de gênero inclui e atravessa questões acerca da sexualidade. Visto isso, firma-se necessário o entendimento e as distinções entre esses marcadores sociais.

Weeks (1993, p. 6) afirma que “a sexualidade tem tanto a ver com as palavras, as imagens, o ritual e a fantasia como com o corpo”. O autor discorre sobre a impossibilidade de “compreender a sexualidade observando apenas seus componentes ‘naturais’(…), esses ganham sentido através de processos inconscientes e formas culturais” (p. 21). Foucault (1988) compreende a sexualidade como uma “invenção social”, formada por meio de discursos que regulam, normalizam, que estabelecem conhecimentos e que produzem “verdades” sobre o sexo.

Foucault (1988) argumenta que essa busca pela “verdade” influencia o sexo, mesmo em seu nível biológico. No entanto, destaca a importância de deslocar os dispositivos de poder de sua lógica negativa, que envolve interdição e censura. Foucault (1988), assim, apresenta o poder como potência e relação,

[...] uma multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (p. 88).

Dessa forma, Foucault (1988) conduz a reflexão sobre como o poder opera para controlar e disciplinar os corpos e as sexualidades, marcando-os e padronizando-os de acordo com a norma. Em contraste, as identidades sexuais se formam a partir das maneiras como os sujeitos as vivenciam, seja com parceiros do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros (Louro, 1997). Paralelamente, os indivíduos também se identificam, de forma social e histórica, como masculinos ou femininos, cis ou trans, construindo assim suas identidades de gênero. Segundo Louro (1997), tanto na dinâmica do gênero quanto na dinâmica da sexualidade, as identidades são sempre construídas; elas não são fixas ou acabadas em um determinado momento.

2.2 “PRA QUEM NÃO SABIA CONTAR GOTAS, ‘CÊ’ APRENDEU A NADAR”: DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

A partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados em 1997 e 1998 pelo Ministério da Educação (MEC), foram incluídas formalmente as questões pertinentes à gênero e sexualidade na educação brasileira. Estes documentos são de grande importância, pois oferecem diretrizes educacionais para o ensino secundário, com o objetivo de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Dentre os cadernos que compõem os Parâmetros

Curriculares Nacionais (PCNs), destaca-se um dedicado à orientação sexual, visando abordar as temáticas de sexualidade e gênero no ambiente escolar. Este caderno propõe a integração dessas questões de forma transversal, atravessando todas as disciplinas, e promove uma compreensão abrangente de gênero e sexualidade, levando em conta seus aspectos culturais, sociais e históricos (Brasil, 1997).

No âmbito de atuação da Psicologia acerca dos atravessamentos dos marcadores sociais gênero e sexualidade, é recorrente a contribuição do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia na construção das formas de entendimento às LGBTQIA+fobias no fortalecimento das práticas psicológicas baseadas na inclusão, respeito às dissidências e, sobretudo, na renovação de apoio e reconhecimento da Resolução nº 001/99. Tal resolução estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação às questões de orientação sexual, reiterando que a Psicologia pode e deve contribuir com o esclarecimento sobre as questões de sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações ainda presentes (CFP, 1999).

O currículo escolar e a atuação da Psicologia no ambiente escolar estão para além das enunciações conceituais dos processos tradicionais de ensino e aprendizagem e dos conteúdos selecionados. Faz-se necessária a compreensão de como a educação opera, conforma e constitui elementos para pensar-viver a sexualidade e as relações de gênero como aspectos fundamentais na formação dos indivíduos no cotidiano escolar (Pocahy; Dornelles, 2019).

As instituições escolares foram tradicionalmente estruturadas a partir de uma cultura patriarcalista, alicerçada em meio às normas cisheteronormativas. Por esse motivo, como aponta Louro (1997), no ambiente escolar,

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na seqüência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (p. 27).

Os grupos desviantes da norma heterossexista foram requisitando espaços que antes a escola delimitava. As configurações de “sujeitos que importam” precisaram ser (re)pensadas por práticas cotidianas que envolvessem todos os indivíduos. No entanto, os desvios na seqüência sexo, gênero e sexualidade ainda permeia práticas preconceituosas, como a homofobia no ambiente escolar, por exemplo (Louro, 1997).

A heterossexualidade compulsória (Butler, 2003) está acompanhada pela rejeição da homossexualidade e por manifestações e comportamentos explicitamente homofóbicos

(Louro, 1999). A homofobia no ambiente escolar afeta todos os estudantes. Na escola, os processos de formação de identidades heterossexuais contribuem para a perpetuação da homofobia e do sexismo, especialmente entre os jovens estudantes do sexo masculino, os quais, segundo Louro (1997), demonstram constantemente rejeitar a feminilidade e a homossexualidade em si mesmos.

Freire, Haddad e Ribeiro (2007) discutem a necessidade de uma abordagem na construção de políticas públicas de educação em gênero e diversidade que transpasse da simples promulgação de leis, reconhecendo que é fundamental uma mudança no (des)conhecimento de gênero e sexualidade e nas práticas existentes. Esses (des)conhecimentos, muitas vezes, associam rigidamente sexo, gênero e sexualidade, vinculando gênero estritamente à determinação biológica. Tais práticas ignoram a dimensão histórica e social da sexualidade e contribuem para a perpetuação de preconceitos, discriminação, marginalização e exclusão.

Visto isso, após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), que propuseram a integração da temática da sexualidade na escola de forma transversal, pode-se constatar que essa proposta não se concretizou devido a diversas razões, incluindo a falta de conhecimento e preparo em relação ao tema e à abordagem transversal na formação de professores, sendo permissivo um questionamento contínuo sobre a efetividade atual dessa temática nas escolas (Campos, 2015).

É fundamental compreender a organização escolar a partir de sua dinâmica institucional, das relações sociais estabelecidas e dos preconceitos e resistências que emergem no cotidiano escolar. Para efetuar intervenções nesse *lócus*, é necessário abordá-lo como um processo em constante evolução e (re)construção, levando em consideração o complexo jogo de forças políticas, históricas, sociais e econômicas que o moldam (Machado; Souza, 2004).

Louro (1997) acrescenta que na escola são treinados os modos de sentar, andar, caminhar, escrever, brincar e interagir, o que é tomado por dois caminhos: o masculino e o feminino, como meninos e meninas devem se comportar, implicando estratégias de biopoder, que apontam para a heterossexualidade, enrijecimento e cristalização de duas polaridades. Essa visão tradicional atribui ao homem/masculino um corpo ativo, livre e violento, enquanto à mulher é reservado um corpo gentil, passivo e delicado. Assim, não considera a multiplicidade de experiências de masculinidades e feminilidades, muito menos a existência de identidades de gênero que fogem desse esquema polarizado, como acontece na vida de transexuais e travestis (Leite Junior, 2023).

As instituições escolares, em suas práticas, passam por continuidades e descontinuidades, fazem deslocamentos e, às vezes, enfrentam rupturas. As denúncias, questões e críticas vindas dos movimentos feministas, Estudos Culturais, Estudos Negros, Estudos Gays e Lésbicos produziram impactos sobre o avanço de tais questões sobre gênero e sexualidade. Portanto, ainda que de maneira talvez tímida, observamos hoje nas escolas brasileiras iniciativas e experiências que procuram subverter as desigualdades de classe, raça, gênero, sexualidade e etnia enfrentadas pelos indivíduos, nas (tentativas de) promoções de uma educação à diversidade (Louro, 1997).

2.3 “BORRIFOU UM SEGREDO PRA FAZER A LUA”: O ATO DE NARRAR E ESCRE(VIVER) RESISTÊNCIAS: CONCEIÇÃO EVARISTO COMO REFERÊNCIA

A escrita de si proposta no conceito “Escrevivência” por Conceição Evaristo (2017) contorna narrativas de diversos(as) excluídos(as) em marcadores sociais e raciais, entre outros(as), a partir de uma postura lírico-poética enquanto militância da autora. Suas obras oscilam entre ficção e realidade, permitindo referenciar uma sociedade ou grupo social já existente marcado por processos de opressão historicamente situados (Oliveira; Sampaio, 2022).

Para amparar o mergulho na escrevivência traz-se a figura de “Maria”, personagem do conto homônimo no livro “Olhos d’água” de Conceição Evaristo (2016), sendo um testemunho da realidade brasileira sem retoques, que perpassa marcadores sociais em comum. A autora descreve cenários que refletem os espaços físicos frequentados pelas classes marginalizadas, que recebem baixos salários e são excluídas de oportunidades básicas, essenciais para sua sobrevivência, além da situação de violência na qual as mulheres negras são duplamente expostas, tanto pela cor da pele quanto pelo gênero:

[...] tudo foi tão rápido, tão breve, Maria tinha saudades de seu ex-homem. Por que estavam fazendo isto com ela? O homem havia segredado um abraço, um beijo, um carinho no filho. Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. Estavam todos armados com facas a laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado. Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho (p. 50).

O nome Maria, por si só, evoca rostos familiares e pode representar sujeitas com características que definem uma mulher comum. Maria é um nome próprio, quase uma metáfora para a definição de mulher. As histórias de Maria(s) falam de sua própria experiência e de muitas outras mulheres, mas não de todas, sem substituir uma Maria por

outra, pois como Nunes (2021) afirma, as subjetividades de cada uma simbolizam estratégias e resistências de vidas.

Nascida em Belo Horizonte, Minas Gerais, Maria da Conceição Evaristo de Brito vem de uma família de mulheres negras que trabalhavam como faxineiras, cozinheiras e empregadas domésticas. Ela se destaca no cenário literário pós-moderno como uma das mais importantes escritoras negras do Brasil. No enredo de suas narrativas, “as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas” (Evaristo, 2017), as personagens são mulheres negras e abordam questões sociais relacionadas ao passado da autora em Minas Gerais ou à recuperação de sua própria imaginação, refletindo experiências coletivas vividas por seus afrodescendentes (Oliveira, 2009).

Segundo Evaristo (2005, p. 6), nas escritas cheias de sentidos da experiência, “surge a voz de um corpo que não é apenas descrito, mas, acima de tudo, vivido”. A escre(vivência) das mulheres negras revela as aventuras e desventuras de quem vive uma dupla condição que a sociedade insiste em querer inferiorizar “mulher e negra”. A aderência desse conceito se dá por consentir abordar o íntimo do sujeito e todas as cisões que fazem moradas em suas histórias. Uma narrativa evidencia a manifestação da identidade do sujeito de forma performática (Alves, 2017; Gonçalves Neto; Lima, 2011).

Os marcadores sociais gênero e raça dão contorno à escrita de Conceição Evaristo, e como salienta Foucault (2012), basta somente um discurso primeiro para que outros sejam surgidos tomando rumos diferentes, emergindo em outros marcadores sociais constituintes do sujeito, pois segundo Gomes Filho, Nunes e Lavor Filho (2021, p. 126) “pensar numa escrevivência é assumir e legitimar uma escrita de si marcada pelas experiências do/no corpo que estão/são cravadas nas memórias, lembranças, sensações, no pensamento, no medo e nos afetos”.

Bento (2017) destaca que o “reconhecimento”, tanto na questão racial quanto na dimensão das homossexualidades e dos gêneros dissidentes, dá-se por mecanismos de apagamentos, e não pelo reconhecimento das diferenças. O que ocorre é uma apropriação das diversas vozes que são apagadas pelos signos hegemônicos (“gay”, “mulher”, “proletariado”, “negro”), que afirmam carregar a verdade definitiva de todos os “outros”. No contexto da subjetividade, o que permanece são as experiências subjetivas, no entanto, como pressuposto de pesquisa, não se pode considerar as narrativas individuais como o começo e o fim de uma história, mas sim incorporá-las em contextos mais amplos e anteriores ao próprio narrador da experiência, como os marcos históricos, sociais, culturais e econômicos (Bento, 2017).

O ambiente escolar é habitado por diferentes agentes, cada um com seus próprios pertencimentos de raça, gênero, classe social, sexualidade. No entanto, quando os processos educacionais são baseados em uma visão uniformizadora e fragmentada do ser humano, eles tendem a ignorar as dissidências que existem nesse espaço. Isso resulta em um favorecimento da população branca, cis e heterossexual em detrimento de outros grupos, como mulheres negras, indígenas, quilombolas, lésbicas e pessoas trans, perpetuando ou normalizando desigualdades e discriminações. Nesse contexto, a escola pode adotar uma postura que questione e desafie as estruturas raciais, de gênero e sexualidade, promovendo pequenas insurgências contra o modelo educacional que exclui e subordina pessoas devido às suas dissidências (Souza; Miranda, 2022).

De acordo com Larrosa (2011), a experiência é algo que toca, atravessa e conforma, enquanto para Hooks (2017, p. 120), é uma forma essencial de conhecimento, integrada em uma teoria de aprendizagem que valoriza “a experiência, as confissões e testemunhos como modos de conhecimento válidos, como dimensões importantes e vitais de qualquer processo de aprendizado”. Essas vivências dão vida à escrita, e seu registro é uma forma de escrevivência.

A escre(vivência) de corpos dissidentes em gênero e sexualidade no cotidiano escolar explicita a aventura e desventuras de quem necessita enunciar formas de resistência para uma existência plena, uma escrita de vida com fluxos sem prazos de validade, diferentemente da escrita acadêmica. Conforme observado por Evaristo (2020, p. 35), “[...] o ato de ler proporciona a compreensão do mundo, enquanto o de escrever transcende os limites de uma simples percepção da vida”. Dessa forma, os letramentos de reexistência (Souza, 2009) se tornarão perceptíveis quando os estudantes levarem para dentro da escola suas preferências, suas criações, as narrativas que influenciam suas lembranças e suas identidades individuais.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa consiste em uma abordagem metodológica qualitativa, com delineamento descritivo e exploratório, utilizando uma metodologia de pesquisa de campo para sua realização. A pesquisa de teor qualitativa é caracterizada pela compreensão dos fenômenos com base em dados qualificáveis, não preocupando-se necessariamente com aspectos mensuráveis ou quantitativos. Essa abordagem se aprofunda na exploração do

funcionamento dos fenômenos e em seus impactos nas relações sociais e subjetivas (Silva, 2014).

No que diz respeito ao delineamento exploratório, para Gil (2008) refere-se ao desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de conflitos precisos e/ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, proporcionando uma visão geral do estudo, de tipo aproximativo.

Conforme mencionado, o presente estudo foi realizado na forma de pesquisa de campo. Segundo Fonseca (2002), esse procedimento é caracterizado pela combinação da pesquisa bibliográfica ou documental com a coleta de dados junto a um grupo de indivíduos. Esse tipo de pesquisa pode ser conduzido por meio de diversas abordagens, assim, o dispositivo teórico-metodológico proposto consiste no desenvolvimento de uma pesquisa-intervenção.

Destaca-se a pesquisa-intervenção como um enfoque teórico-metodológico ativo na produção do conhecimento dos fenômenos sociais, dispondo de um compromisso e posicionamento ético do pesquisador e pesquisados como sujeitos coautores em um processo participativo. Ademais, essa relação é vista como motivadora de enfrentamento dos conflitos sociais e da estruturação coletiva de soluções possíveis (Rocha; Aguiar, 2007).

Ainda, na pesquisa-intervenção, Paulon (2005) traz a concepção do sujeito de pesquisa nos processos de singularização e o “lugar” do pesquisador na análise de implicação, objetivando a identificação de dispositivos analisadores que favoreçam a produção de acontecimentos, os quais se constituem também como analisadores. Segundo a autora, a pesquisa-intervenção rompe com os princípios estabelecidos, inclusive em relação à concepção tradicional de dados científicos. Nessa perspectiva, o foco se desloca do “conhecer para transformar” para “todo conhecer é um fazer”.

3.2 CONTEXTO DA PESQUISA

As atividades de pesquisa foram realizadas em caráter presencial, por meio de grupos de discussão. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede pública municipal na cidade de Icó-CE, contando com a participação de estudantes secundaristas da rede de ensino referente às turmas de 9º ano. Após um contato telefônico prévio foi agendado uma reunião com o núcleo gestor da escola, com o intuito de explicar como se fundamentaria a pesquisa, e apresentar o delineamento do cronograma para a realização da pesquisa de campo,

combinando datas e horários. A reunião foi realizada com a presença da gestão escolar, representada pela diretora escolar e por um coordenador pedagógico da instituição.

Com a devida autorização registrada na Carta de Anuência, foi organizada uma apresentação da pesquisa aos alunos em colaboração com a gestão escolar. Nesta ocasião, foram delineados os objetivos e as atividades a serem desenvolvidas, em que os sujeitos interessados realizaram o preenchimento de um formulário de inscrição, sendo selecionados por ordem de preenchimento para a constituição de um grupo de discussão. A pesquisa foi conduzida durante o horário da disciplina de Cidadania e Responsabilidade Social, que por sua natureza interdisciplinar está intimamente ligada aos temas abordados no estudo.

Seguindo os critérios de inclusão para a participação da pesquisa, os indivíduos tinham idade entre 14 e 18 anos incompletos e estavam devidamente matriculados na escola. A ordem de preenchimento do formulário de inscrição foi respeitada dentro do número de vagas dos grupos focais. Além disso, os participantes assinaram o Termo de Assentimento do Comitê de Ética e, no caso de menores de 18 anos, foram autorizados pelos pais e/ou responsáveis, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Fundamentalmente, os participantes tinham disponibilidade para participar da pesquisa presencialmente.

Por outro lado, como critérios de exclusão, foram eliminados os dados de participantes que, mesmo após a assinatura do Termo de Assentimento, desistiram de participar da pesquisa, sendo essa desistência comunicada aos pesquisadores. Também foram excluídos os dados de participantes que, apesar de terem o TCLE assinado pelos pais e/ou responsáveis, desistiram de participar e informaram os pesquisadores sobre essa decisão. Outro critério de exclusão refere-se a sujeitos que não conseguiram participar de pelo menos quatro dos sete encontros dos grupos focais, devido a condições de saúde.

3.3 LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Tempo Integral Híbrido Professora Lourdes Costa, situada na Avenida Ilídio Sampaio, nº 1571, Icó, Ceará. Atualmente, a escola conta com um total de 13 turmas do Ensino Fundamental II, sendo 4 turmas do 7º ano, 5 turmas do 8º ano e 4 turmas do 9º ano. No período da manhã, as aulas são com as disciplinas de base do currículo escolar e durante a tarde com as disciplinas eletivas. Os encontros foram realizados em diversos espaços da instituição em que não estivessem em funcionamento no momento de realização da pesquisa (sala de aula, biblioteca e sala dos professores), adequando-se à disponibilidade ofertada pela gestão escolar e espaço local.

3.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A presente pesquisa contou com a participação de 07 estudantes secundaristas, integrantes do corpo discente da supracitada escola, devidamente matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental II. Durante os encontros, os alunos que não estavam participando da pesquisa estavam participando das aulas regulares de suas respectivas turmas.

3.5 FERRAMENTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA-INTERVENÇÃO

3.5.1 Grupo focal

A pesquisa consistiu em 07 encontros direcionados aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental II da instituição escolar. No 1º encontro do grupo focal, foi realizada uma atividade de integração e iniciaram-se as discussões sobre o tema de gênero e sexualidade, explorando a reflexão sobre os estereótipos de gênero e sexualidade que permeiam o ambiente escolar. No 2º encontro, o foco esteve nas relações de poder e privilégio presentes na escola, em que os participantes foram incentivados a refletir sobre como essas dinâmicas afetam os estudantes dissidentes em gênero e sexualidade, muitas vezes marginalizados ou invisibilizados.

O 3º encontro concentrou-se na análise das políticas e práticas educacionais existentes que visam promover a inclusão de corpos dissidentes em gênero e sexualidade, objetivando entender como a escola poderia se tornar um espaço mais inclusivo e seguro para todos os estudantes. Em sequência, os 4º e 5º encontros foram dedicados às narrativas de experiências no ambiente escolar, em que os estudantes foram encorajados a compartilhar suas próprias vivências em relação aos desafios enfrentados por corpos dissidentes em gênero e sexualidade.

Por conseguinte, os 6º e 7º encontros foram reservados para a consolidação das discussões e reflexões realizadas durante os grupos focais, bem como para o seu encerramento.

3.5.2 Diários escre(viventes)

Esta pesquisa estruturou-se na escrevivência como método de investigação, ao analisar as falas dos participantes e os diários escre(viventes), enquanto ferramenta de registro de pesquisa e vida, e como recurso metodológico de escrita, em que sua construção textual foi permeada pelas escrevivências que conferiram contorno ao trabalho. Adicionalmente, em cada encontro do grupo focal, foram redigidos diários escre(viventes) nos quais os estudantes registraram reflexões sobre si mesmos e sobre a pesquisa.

3.6 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados qualitativos da pesquisa consistiu no dispositivo da Análise de Conteúdo, na perspectiva de Bardin (2016), que a definiu como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2016, p. 38). Essa técnica foi disposta em três etapas: 1) pré-análise, em que foram realizadas leituras flutuantes a fim de criar categorias de homogeneidade e representatividade dos temas (Bardin, 2016). As gravações dos encontros foram realizadas através de um gravador de voz digital e transcritos para posterior análise textual. Os diários escre(viventes) foram digitalizados para análise textual subsequente. 2) exploração do material, na qual foi realizada uma análise minuciosa do conteúdo das gravações e digitalização do material para identificar as unidades de registro pertinentes à formação do estudo; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Foi empregada a versão 8.4.2 do *software* Atlas Ti para viabilização de compilação das informações. A aplicação desse *software* possibilitou o gerenciamento do texto, permitindo codificar e sistematizar análises categóricas, promovendo a compilação de categorias temáticas e codificações estruturais de dados textuais e não textuais (Walter; Bach, 2015).

3.7 ASPECTOS ÉTICOS

Este estudo seguiu as diretrizes éticas estabelecidas na Resolução de nº 466/12, que consiste em diretrizes e normas que regulam as pesquisas com os seres humanos (Ministério da Saúde, 2012) e da Resolução nº 510, 07 de abril de 2016, ambas vinculadas ao Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi submetido na Plataforma Brasil e encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS), sendo aprovado com o número de parecer: 7.040.906.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Escrever é dar movimento à dança-canto que meu corpo não executa.

A poesia é a senha que invento para poder acessar o mundo.

(Conceição Evaristo, 2002)

Segundo Pocahy (2012, p. 88), deve-se haver, nos estudos de gênero e sexualidade, a permissividade de autênticas redes de experimentação corporal, permitindo aos pesquisadores serem “tocados e conduzidos por mãos anônimas, desejosas, resistentes ou simplesmente curiosas, seja em um quarto escuro, uma sauna, um bar ou em algum canto dos jardins das delícias”. Portanto, escrever com o outro em uma experiência compartilhada que atravessa e transforma, desafia a lógica empírica de distanciamento entre quem pesquisa, o sujeito pesquisado e o tema (Gomes Filho; Nunes; Lavor Filho, 2021).

À vista disso, são pontuadas pistas à relevância de literaturizar a ciência e a produção acadêmica, reconhecendo que a escrita de vivências é uma ferramenta importante para promover compreensões profundas e contextualizadas do mundo em que o indivíduo vive e se constitui como sujeito, sendo necessária a invenção e a radicalização do conceito de inventora ou inventor de problemas relacionados ao tempo presente (Pocahy, 2012).

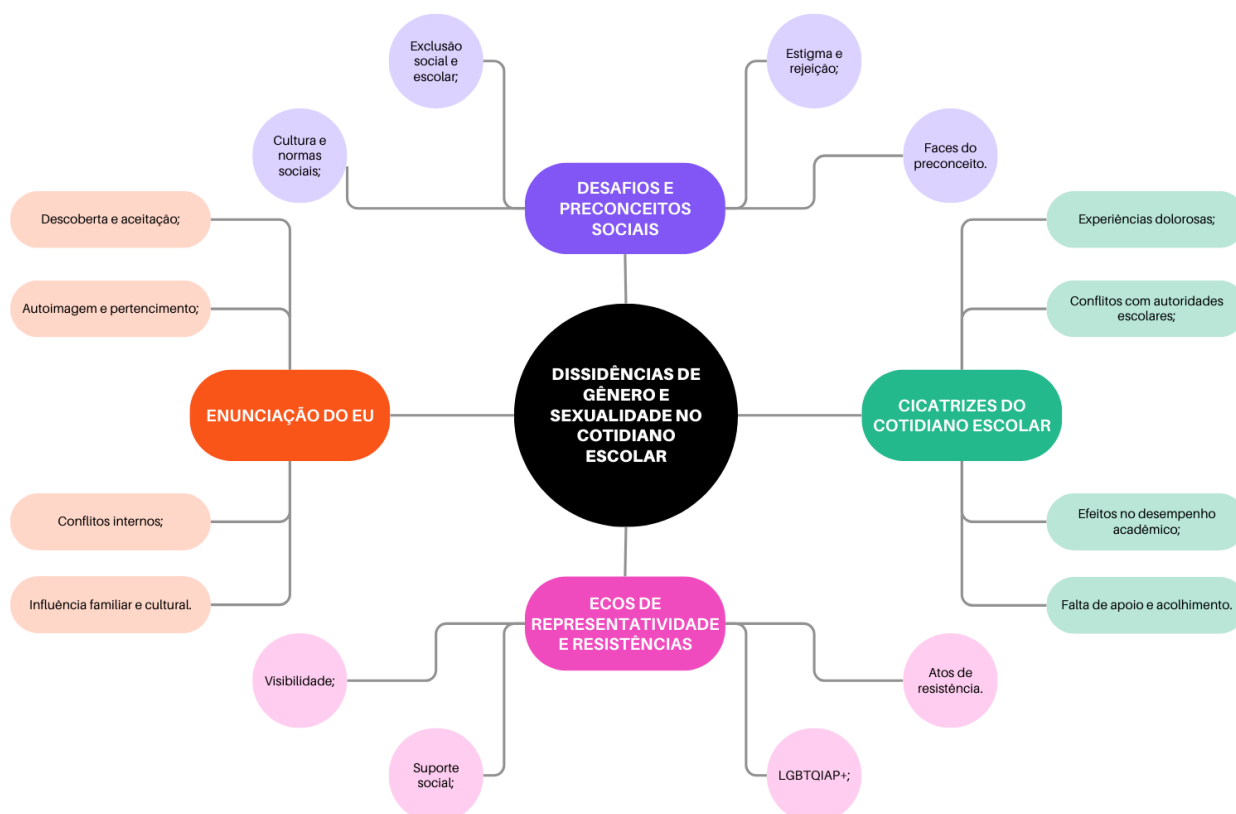
A produção teórica dos resultados aqui descritos é, portanto, o enlace de narrativas que capturam o cotidiano e evidenciam a materialização das normas de gênero e sexualidade, além de outros mecanismos e estratégias presentes na vida diária, revelando também as (im)possíveis formas de resistência que emergem.

A pesquisa foi realizada por meio de 07 encontros do grupo focal ao longo de seis semanas, nos meses de setembro e outubro de 2024, e contou com a participação de 07 estudantes com idades entre 14 e 18 anos incompletos. A maioria dos participantes se autodeclararam como mulheres cis, mulheres trans, negros e pessoas da comunidade LGBTQIAP+. Todos os participantes são subjetivados pelos sistemas de opressão e privilégio das relações de poder.

Para garantir o anonimato, os nomes dos participantes foram substituídos por nomes de personagens da literatura de Conceição Evaristo no livro “Olhos d’água” (2016). Desse modo, no discorrer do estudo serão expostas as falas e os escritos de Natalina (Mulher trans, heterossexual), Lumbiá (Homem cis, negro, heterossexual), Ana Davenga (Mulher cis, bissexual), Naíta (Mulher cis, heterossexual), Cida (Mulher cis, heterossexual), Zaita (Mulher cis, heterossexual) e Luamanda (Mulher cis, heterossexual).

A partir dos registros nos diários escre(viventes) e das falas dos participantes nos grupos de discussões, os dados foram organizados em categorias descritivas para fomentar a análise do estudo. Com o auxílio do *software* Atlas Ti e das categorias criadas, foi elaborado um mapa esquemático que sustenta a construção analítica, conforme a figura abaixo.

Figura 1 - Mapa esquemático das categorias analíticas



Fonte: Elaboração própria (2024).

A partir da categorização das representatividades dos temas e da produção do mapa esquemático, percebe-se uma organização de análise que será disposta nas próximas seções. Cada categoria é diferenciada pela cor, as cores indicam as condições de análise da enunciação de corpos dissidentes em gênero e sexualidade no cotidiano escolar e seus atravessamentos. Com o uso do *software* Atlas Ti e a partir da leitura do material de análise elaborado no escopo da pesquisa, resultaram quatro categorias, a saber: 1) Enunciação do Eu; 2) Desafios e preconceitos sociais; 3) Cicatrizes do cotidiano escolar; 4) Ecos de representatividade e resistências.

4.1 “ELA ACABOU DE NASCER”⁴: ENUNCIACÃO DO EU

Na primeira cena do grupo de discussões, emergiram, de forma contundente, os tensionamentos acerca da definição de gênero e sexualidade, assim como a complexidade que os distinguem. Foram explorados como esses marcadores são moldados por contextos culturais, históricos e sociais diversos. A partir das discussões manifestadas no grupo, ficou evidente que as percepções sobre gênero e sexualidade não são universais; ao contrário, elas revelam um mosaico de experiências individuais e coletivas que desafiam as noções tradicionais. Louro (1999) enfatiza que essa busca por clareza e definição cria um espaço fértil para a reflexão, promovendo uma (trans)versalidade na análise que se contrapõe ao cis-tema das definições convencionais.

Natalina, estudante, mulher trans heterossexual, expressa sua visão sobre gênero:

Pra mim, gênero é o que você é, é o que você quer ser visto. Então, gênero e sexualidade são duas coisas diferentes. Porque gênero é o que você é. Entendeu? É a sua pessoa. O que você quer passar para os outros. Já a sua sexualidade é o que você sente, é o que você gosta. Enfim... Então, pra mim... Até essa questão de mulheres trans, de pessoas transgêneros, questão de nome morto, as pessoas não sabem. Você acha que você sabe, mas você não sabe. Entendeu? E sexualidade... Cada um tem a sua. E o seu gênero também. Mas pra mim, gênero é isso. É a forma que você se apresenta no mundo. É você (Natalina, mulher trans, heterossexual).

Sua narrativa sugere uma compreensão de gênero como a forma de apresentação ao mundo, que vai além do corpo físico e se adentra no campo da subjetividade. Leite Júnior (2023) corrobora essa ideia, argumentando que o corpo, frequentemente visto como um objeto a ser possuído, é mais bem compreendido como uma instância marcada por experiências.

Louro (2008) complementa essa visão, afirmando que os corpos adquirem significado a partir da cultura, pois características como a cor da pele ou dos cabelos, o formato dos olhos, do nariz e da boca, bem como a presença de órgãos sexuais e a morfologia das mãos e dos seios, são sempre impregnadas de significados culturais. Esses atributos se tornam, assim, marcas de raça, gênero, sexualidade, etnia, classe e nacionalidade, podendo ter diferentes valores atribuídos a eles.

Naíta, estudante, mulher cis e heterossexual, acrescenta: *“Mas eu entendo gênero e sexualidade como algo da nossa identidade. Não existe só homem cis, não existe só mulher cis, existe trans, entre outros”*. Essa afirmação ressoa com a proposta de Teresa de Lauretis

⁴A titulação das seções foi cuidadosamente elaborada com base nas falas dos sujeitos participantes da pesquisa e nas categorias analíticas emergentes a partir de suas narrativas. As falas revelam a complexidade da construção identitária de corpos dissidentes em gênero e sexualidade, as cicatrizes deixadas pelas interações sociais e os ecos de representatividade e resistências que permeiam o cotidiano escolar. Assim, as titulações não apenas organizam o conteúdo, mas também homenageiam as vozes dos participantes, ressaltando sua importância na construção do conhecimento sobre as dissidências de gênero e sexualidade na escola.

(1994), que dissocia gênero da diferença sexual e o compreende como um produto de diversas tecnologias, influências da linguagem e da evolução das políticas que moldam os corpos.

Segundo Lauretis (1994), o gênero e o sexo são gerados por uma maquinaria de produção que constrói discursos fundamentados nas instituições estatais, como a família e a escola, estabelecendo categorias binárias para todos os indivíduos.

Scott (1995) também ressalta uma recusa clara em atribuir ao gênero qualquer base biológica que justifique as relações de subordinação. Em contraste, o gênero, como construção social, molda os papéis e identidades de homens e mulheres, impondo-se ao corpo sexuado como uma identidade socialmente definida. Nos estudos de sexo e sexualidade, essa noção é fundamental para distinguir práticas sexuais dos papéis atribuídos a cada gênero pela sociedade.

A narrativa de Natalina exemplifica essa complexidade, refletindo não apenas sua autodescoberta, mas também a luta entre medo e coragem na busca por uma identidade que resista às expectativas sociais. Em suas palavras, ela questiona:

Quem é a Natalina [nome fictício] hoje em dia? Ela ainda não é completa, ela está experimentando o dia a dia, vivendo coisas novas, pois ela acabou de nascer. Eu diria assim, porque quando eu me descobri a Natalina, quando eu soube quem eu era de fato, aí era tão novo, com tanta coisa, como se fosse um (pausa)... Como é que se fala? Como se eu já tivesse um destino do que eu ia passar. E aí se eu não sei o que eu vou passar agora, a mulher que eu estou me tornando tem medo, mas também coragem, pois eu não sei o que sinto no momento (Natalina, mulher trans, heterossexual).

Natalina conecta sua transição de gênero a um renascimento, caracterizando sua identidade em constante formação.

Desde sempre a sociedade me dizia que eu ia ser homossexual, que eu ia ser gay. Eu tenho um jeito açucarado, que eles falam, né? Só que eu sempre me identifiquei realmente com o feminino, eu nunca quis ser o filho, sempre quis ser a filha. Ou então, quando eu ia jogar um jogo, sei lá, no celular, eu queria ser a personagem mais feminina. Quando era uma brincadeira, eu também queria ser a mulher, não importava onde fosse. E se eu não fosse, eu queria ser o mais perto daquilo. Então, tipo, se eu não poderia ser a personagem mais feminina, eu seria o masculino que ficava mais perto de mulheres (Natalina, mulher trans, heterossexual).

Nas enunciações de Natalina foram levantadas inquietações que ressoavam como um convite à reflexão: Afinal, o que é ser feminina? O gênero se inscreve no corpo ou ultrapassa suas fronteiras visíveis? Antes mesmo de vir ao mundo, já se atribui um gênero e uma sexualidade? Suas palavras instigam um questionamento profundo sobre as fronteiras entre o corpo e a identidade, entre o visível e o sentido socialmente atribuído.

O gênero se revela como algo que transcende a materialidade do corpo, diluindo-se nas interações, nos símbolos e na construção coletiva das subjetividades. Nesse sentido, há

um desafio nas concepções tradicionais que vinculam sexo, gênero e desejo na formação da identidade, rompendo com a ordem compulsória que entrelaça esses elementos (Butler, 2017).

Ao nascer, um indivíduo é designado como homem ou mulher, e essa classificação traz consigo expectativas: espera-se que uma mulher se identifique com o gênero feminino e que sua atração afetiva e sexual seja voltada ao sexo ou gênero oposto. Esse cenário evidencia o que Butler (2017) descreve como “ordem compulsória” e “heterossexualidade compulsória”. Romper com essa compulsoriedade implica abrir caminhos para o surgimento de identidades que escapem à lógica binária tradicional, permitindo a expressão de subjetividades mais livres dessa cis-hétero-normatividade (Butler, 2017).

Bento (2006) conduz uma desconstrução da ideia de uma “transexual universal” que evoca o questionamento da própria categoria “mulher”. Segundo essa perspectiva, a identidade feminina não se resume ao nascimento de um gênero binário, tampouco aos atributos biológicos, como a capacidade de reprodução. Em vez disso, a identidade se desdobra em múltiplas posições sociais, levando em conta variáveis como orientação sexual, etnia, escolaridade, religião e contextos culturais. Nesse processo, o conceito de identidade feminina se fragmenta, revelando o caráter maleável do gênero e conduzindo o pensamento a terrenos complexos e instigantes, onde a noção de identidade se torna mais criativa e fértil.

O reconhecimento da transexualidade como uma questão de gênero destaca a pluralidade de formas de performatizar o gênero, além da tradicional correspondência entre mulher-feminino e homem-masculino. Isso amplia a discussão sobre os direitos sociais e políticos das pessoas trans, como travestis, transexuais e transgêneros (Bento, 2006). A luta por esses direitos reflete a busca por reconhecimento e dignidade, como ilustrado pela trajetória de Natalina na sua forma de enunciação do Eu.

4.2 “A PESSOA QUE GOSTA DE NASCER COM UM GÊNERO, EU ACHO QUE ESSA PESSOA É UM HOMEM”: DESAFIOS E PRECONCEITOS SOCIAIS

Na próxima cena do grupo de discussões afloraram reflexões sobre os estereótipos de gênero e sexualidade, trazendo à tona os desafios e preconceitos sociais que permeiam a vivência da população LGBTQIAP+. Segundo Travassos (2015), a “educação diferenciada” de gênero e a imposição de papéis sexuais a homens e mulheres sobre a qual a sociedade atual está construída, são cruciais na propagação desses estereótipos na cultura.

Natalina sugere que *“Quando a gente diz estereótipo, é algo que marca outra pessoa. O estereótipo de um homossexual é aquele que tem um jeito afeminado, um jeito bem*

feminino, etc”. A narrativa da estudante se relaciona com a análise de Scott (1995), que tensiona a rigidez dos estereótipos e a associação dos marcadores sociais principalmente ao feminino, sem considerar as diversas formas de construção dessas relações, o que limita as identidades e expressões de gênero e sexualidade.

Segundo Pereira (2002), em sua obra “Psicologia Social dos Estereótipos”, o termo estereótipo diz respeito à imagem social atribuída a indivíduos de um grupo de forma generalizada, sendo elementos próprios da sociedade, amplamente compartilhados entre as pessoas que convivem dentro de uma mesma cultura, e essas ideias, além de serem compartilhadas, são transmitidas e reforçadas pela educação. Cida, estudante, mulher cis e heterossexual discorre acerca dos estereótipos de gênero e sexualidade sendo reforçados por instituições de ensino que coadunam com expressões estereotipadas e preconceituosas, principalmente na população LGBTQIAP+.

É como se fosse uma coisa que não se encaixa na sociedade, uma coisa anormal e isso reflete na comunidade LGBT. Então, tanto na escola, em fórum, em eventos, etc, deveria ser falado desses temas com normalidade. Pois quando chega uma pessoa nesses espaços com um gênero diferente, uma sexualidade diferente, tratam como algo fora do comum... com preconceito. Criam estereótipos e seguem eles (Cida, mulher cis, heterossexual).

Posto isso, a partir da narrativa de Cida, é necessário que as instituições desenvolvam um olhar atento para as novas performances de gênero e sexualidade que estão emergindo. A partir das críticas de Butler (2017), novas figuras sociais começam a surgir, desafiando a ideia de gênero universal. As reivindicações por um gênero que não depende necessariamente de um sexo biológico definido, como o padrão bio-homem-gênero masculino ou bio-mulher-gênero feminino, questionam a estrutura tradicional do sistema sexo/gênero/desejo, instituído pela ordem cis-hétero-patriarcal. Essas reinvenções de gênero e sexualidade, por meio de suas performances, rompem com paradigmas e estereótipos sociais, revelando a fluidez e a complexidade das identidades.

No contexto dessa discussão sobre as novas formas de compreender o gênero, como apontado por Butler (2017), é importante considerar as experiências de pessoas que vivem as complexidades de um gênero que não corresponde ao sexo atribuído ao nascimento. Ao questionar as imposições sociais sobre o que significa ser um homem ou uma mulher, Natalina desafia a ideia de que a identidade de gênero é algo passível de escolha ou controle, destacando as dificuldades e o preconceito enfrentados por aqueles que não se encaixam nas categorias tradicionais de gênero. Assim, ela traz uma visão crítica sobre como o gênero é vivenciado de forma imposta ou questionada: “*A pessoa que gosta de nascer com um gênero,*

eu acho que essa pessoa é um homem. [...] Se fosse pra escolher, quem ia escolher passar por todo esse preconceito?”

Simone de Beauvoir (1967) analisa criticamente como a sociedade define a mulher em função do homem, fazendo dela um “Outro” subordinado, ao invés de um sujeito autônomo. Beauvoir (1967) expõe como essa construção social coloca o homem como o centro e a medida da humanidade, enquanto a mulher é caracterizada como dependente e derivada dele. Essa visão reflete uma hierarquia em que o homem é o sujeito universal, e a mulher, sua contraparte, apenas tem existência plena na medida em que é útil ou desejável para ele.

Ademais, Beauvoir (1967) identifica que essa dinâmica imposta entre os gêneros não é apenas cultural, mas um sistema de opressão que se perpetua através das instituições, da moral e das normas sociais. A mulher é ensinada desde cedo a aceitar essa condição de “Outro”, internalizando a ideia de que ela deve buscar sua identidade em função do homem, e não por si mesma. Para Beauvoir (1967), a verdadeira liberdade feminina só poderia ocorrer com a rejeição desse papel subordinado: “[...] abolir-se-á a própria ideia de competição e ela se comprazera em viver plenamente sua condição de mulher, como o homem vive sua condição de homem” (p. 151). Com isso, ela propõe uma revisão da forma como a sociedade vê o feminino, sugerindo que somente uma transformação profunda nas estruturas patriarcais poderá permitir que mulheres vivam autônomas e plenamente.

4.3 “SE UMA ESCOLA É PRA ENSINAR, POR QUE NÃO ENSINAM A RESPEITAR?”: CICATRIZES DO COTIDIANO ESCOLAR

Nesta cena do grupo de discussões, os estudantes revelam, em suas narrativas, as marcas deixadas pelo ambiente escolar, onde normas e regulamentos são aplicados de maneira a controlar e moldar seus comportamentos. A categoria “Cicatrices do cotidiano escolar” surge como uma forma de nomear as feridas invisíveis, mas persistentes, que os estudantes carregam em decorrência das práticas normativas desse *lócus*. Para Candau (2011), na educação, emergem desafios que questionam visões e práticas profundamente enraizadas no cotidiano escolar. A cultura predominante nas instituições educacionais, moldada pela matriz político-social e epistemológica da modernidade, valoriza o comum, o uniforme e o homogêneo como bases de um ideal universal.

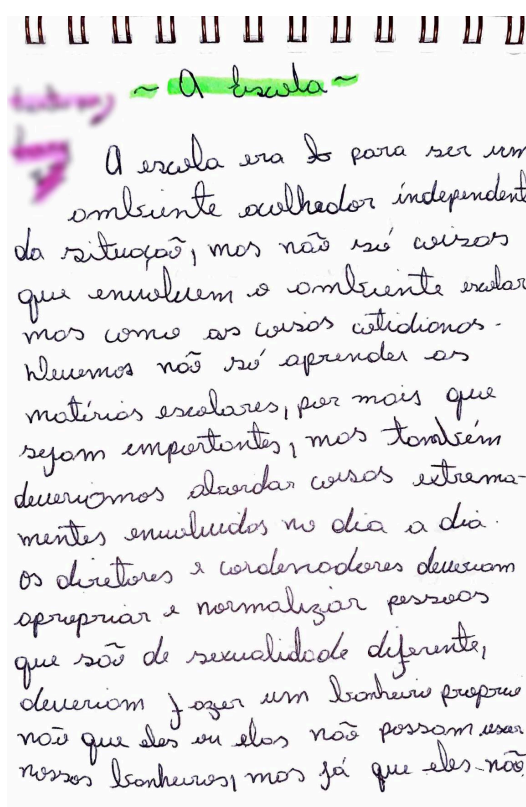
Candau (2011) concebe as dissidências como realidades sócio-históricas, em constante processo de (des)construção, moldadas nas interações sociais e profundamente atravessadas por relações de poder. Elas constituem tanto os indivíduos quanto os grupos sociais e, por

isso, devem ser reconhecidas e valorizadas positivamente por seu caráter dinâmico e identitário.

Em um trecho do diário escre(vivente) de Luamanda (Figura 2), estudante, mulher cis heterossexual, ela reflete sobre a vivência de dissidências em gênero e sexualidade no cotidiano escolar com uma crítica sensível à falta de acolhimento da instituição. Em suas palavras, “*A escola era para ser um ambiente acolhedor independente da situação, mas não coisas que envolvem o ambiente escolar, mas como as coisas cotidianas [...]*”.

Ao ignorar a bagagem histórica e cultural do sujeito fora do “chão da escola” (Candau, 2011, p. 241), não se consegue combater efetivamente as formas de silenciamento, invisibilização e inferiorização dos corpos dissidentes. A realidade sócio-histórica desempenha um papel crucial nos processos pedagógicos, e, sem esse reconhecimento, a escola falha em promover um verdadeiro diálogo intercultural (Candau, 2011).

Figura 2 - Diário escre(vivente) de Luamanda⁵



Fonte: Arquivo pessoal (2024).

⁵Na Figura 2 do diário escre(vivente), há um borrado intencional no canto superior esquerdo. Essa medida foi adotada para preservar o anonimato da estudante, que se identificou nesse espaço.

Por conseguinte, Natalina narra e indaga sua experiência no espaço escolar: “[...] *fora as questões do banheiro que só me deixam usar o feminino se alguma amiga minha for comigo pra segurar a porta. Se uma escola é pra ensinar, por que não ensinam a respeitar?*”.

Foucault (1987) descreve que as instituições modernas regulam corpos e comportamentos por meio de normas que controlam os espaços que esses corpos ocupam. A divisão entre banheiros masculinos e femininos é um exemplo claro dessa regulação, não só organizando o espaço, mas também normatizando as identidades de gênero.

A narrativa de Natalina, ao relatar a necessidade de ter uma amiga para “segurar a porta” do banheiro feminino, reflete essa vigilância interna, característica do poder disciplinar de Foucault (1987). O banheiro, um espaço de intimidade, torna-se um local de controle, onde o corpo da pessoa trans é regulado de acordo com as normas de gênero.

Foucault (1987) destaca que, em uma sociedade disciplinar, as normas são internalizadas, fazendo com que os indivíduos se ajustem às expectativas impostas. Ao impedir que uma pessoa trans use o banheiro correspondente à sua identidade de gênero, a escola exerce um controle biopolítico sobre seu corpo, marginalizando e submetendo-o a um regime normativo, como no caso de Natalina, que precisa de vigilância externa para usar o banheiro feminino, evidenciando a imposição da lógica de gênero binário.

Uma mulher trans não tem lugar para ser trans. Muitas vezes não tem o apoio da família. A escola não apoia. Aí acontece que abandona os estudos, e daí por abandonar os estudos e não ter o apoio da família, tem que trabalhar nas ruas. O que já vira aquele estereótipo... E se a gente não lutar vai ser difícil. Porque eu sei como já é difícil, é difícil ser uma estudante trans hoje em dia (Natalina, mulher trans, heterossexual).

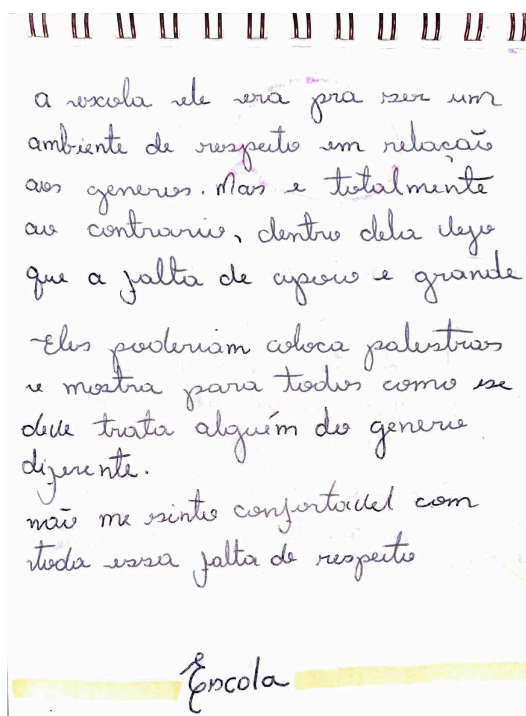
Tem situações que as pessoas não fazem nada para serem ameaçadas, mas só por existir, são. Na escola, que é uma segunda casa, onde a pessoa passa um grande período do tempo, tem novamente esse preconceito todo. Enfim, a pessoa LGBT não tem paz (Lumbiá, homem cis, heterossexual).

As narrativas de Natalina e Lumbiá, estudante, homem cis heterossexual, destacam como o ambiente escolar, que deveria ser acolhedor, acaba por reforçar exclusões e violências contra as pessoas LGBTQIAP+. De acordo com Louro (1999), as “pedagogias da sexualidade” tanto na escola quanto na família colocam a heterossexualidade em uma posição superior, estabelecendo uma norma hierárquica que relega as identidades LGBTQIAP+ ao desvio. Natalina descreve a exclusão que frequentemente atinge pessoas trans, empurrando-as para fora do ambiente escolar e em direção a situações estigmatizantes, ao passo que Lumbiá ressalta o sofrimento e a falta de paz que pessoas LGBTQIAP+ enfrentam mesmo em um ambiente que deveria ser seguro.

A escola, como lugar de formação social, opera com base na heteronormatividade, estruturando-se para reforçar uma ordem sexual heterossexual, adulta e “normal” (Junqueira, 2009). Nesse sentido, as identidades LGBTQIAP+ deslocam e afrontam os valores que sustentam essa norma, e, portanto, sofrem sanções e “correções” que buscam disciplinar esses corpos. A menção de Natalina sobre precisar de apoio para usar o banheiro feminino ou o relato de Lumbiá sobre a constante ameaça à segurança de corpos que saem da norma, revelam essas sanções implícitas.

Bento (2006) identifica essa dinâmica de repressão como “heteroterrorismo”, um conjunto de práticas e violências simbólicas que buscam reprimir qualquer expressão sexual ou de gênero fora do padrão. Ao internalizarem essas pedagogias, escolas e famílias agem de modo a inibir, silenciar e controlar pessoas LGBTQIAP+, sujeitando-as a uma normatividade opressora que exige conformidade ao modelo heterossexual. Isso, como explica Louro (1999), não só coloca identidades dissidentes “no armário,” mas também limita as possibilidades de expressão e existência dentro do próprio ambiente escolar.

Figura 3 - Diário escre(vivente) de Zaita



Fonte: Arquivo pessoal (2024).

No diário escre(vivente) de Zaita (Figura 3), estudante, mulher cis heterossexual, emerge a esperança de um espaço escolar onde todos saibam, desde o início, como acolher e

respeitar “*alguém do gênero diferente*”. Em sua narrativa, Zaita revela uma urgência por um ambiente onde se cultive um olhar voltado às dissidências, sugerindo a criação de encontros e palestras que possam abrir caminhos para um olhar mais inclusivo.

A inclusão de uma educação para a diversidade na escola exige uma transformação profunda no ambiente educacional, que deve se tornar um solo fértil para temáticas das dissidências de gênero e sexualidade. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) defendem, a escola não deve criar grupos homogêneos, mas sim promover o desenvolvimento integral dos alunos através da troca de experiências e do reconhecimento das diferenças. É através dessa abordagem que se nutre uma educação que valoriza a pluralidade cultural e de gênero e sexualidade, como parte fundamental da formação cidadã.

A formação de professores é um pilar essencial nesse processo. Como sugerem Freire, Haddad e Ribeiro (2007), a capacitação docente é fundamental para o combate à discriminação e à construção de uma escola inclusiva. Professores bem preparados podem criar um ambiente de respeito à pluralidade social e cultural, onde os alunos são incentivados a compreender que as diferenças de gênero e sexualidade não são apenas biológicas, mas também socialmente construídas (Silva, 2015).

A transformação na educação exige uma reestruturação curricular que acompanhe as mudanças sociais, favorecendo a reeducação nas relações de gênero (Silva, 2015). Isso permite a criação de uma escola democrática e acolhedora, onde as singularidades de todos os indivíduos são respeitadas, sem o medo da exclusão. A prática pedagógica deve ir de encontro às alteridades dos atores escolares, promovendo um espaço que valorize as pluralidades subjetivas e estimule o aprendizado de todos.

Paulo Freire (1996), em sua obra “Pedagogia da Autonomia”, destaca que a convivência multicultural não é espontânea, mas resulta de um esforço coletivo, que transforma a escola em um espaço de construção de novas possibilidades de ser e estar, refletindo o respeito às diferenças e indo além do simples ensino de conteúdos, para se tornar um processo de transformação social e cultural.

4.4 “É UMA FORÇA COMUNITÁRIA QUE SE FORMA”: ECOS DE REPRESENTATIVIDADE E RESISTÊNCIAS

Nesta última cena do grupo de discussões, traz-se um recorte do diário escre(vivente) de Natalina (Figura 4), que compartilha uma reflexão sobre sua experiência: “*Ele [o seu namorado] me faz ‘senti’ como se não fosse um problema eu ser trans, e isso é muito raro de*

verdade espero que continue assim”. Esse trecho revela a esperança de reconhecimento além do corpo dissidente, expressando o desejo de ser vista em totalidade, sem as imposições da identidade de gênero. A partir disso, emergem no grupo temas sobre representatividade, ilustrando como representações positivas de pessoas LGBTQIAP+ em diferentes espaços sociais são fundamentais para a construção de identidades seguras e noções de pertencimento. A experiência de Natalina se alinha com a perspectiva de Hall (2006), que propõe que o sujeito pós-moderno é constituído por meio de interações sociais, tornando sua identidade volátil e mutável.

Figura 4 - Diário escre(vivente) de Natalina



Ele me faz sentir
como se não fosse
um problema eu
ser trans, é isso é
muito raro de verdade
espero que continue
assim

Fonte: Arquivo pessoal (2024).

Butler (2017) defende que a visibilidade de corpos dissidentes, especialmente aqueles que estão à margem das normas cisgêneras e heterossexuais, é crucial para a resistência contra as estruturas opressivas. A representação de pessoas trans, *queer*, não binárias e outros grupos subalternos não deve se restringir a narrativas tradicionais e estereotipadas, mas ser entendida como uma forma de visibilidade política que desafia as normas predominantes. Dessa forma, propõe-se uma visibilidade que subverte essas normas, acolhe a multiplicidade de identidades e reconhece a fluidez das expressões de gênero.

É muito importante a questão da representatividade. A comunidade é resistência, com o apoio de uns aos outros, tanto da própria comunidade, como de pessoas que não fazem parte dela é uma força comunitária que se forma (Ana Davenga, mulher cis, bissexual).

A discussão proposta por Butler (2017) sobre a (trans)formação das normas de gênero e a desestabilização das estruturas opressivas encontra ressonância no pensamento de Nascimento (2021), que, ao dialogar com Foucault (1988), afirma que o poder está pulverizado nas relações sociais, operando de maneira discreta e sistêmica. Nascimento (2021) propõe que, ao perceber o pessoal como político, é possível deslocar-se das ideias essencialistas e universalistas, e compreender as opressões nas suas particularidades.

Esse entendimento é fundamental para a luta das mulheres trans e outras identidades subalternizadas, pois traz à tona a necessidade de questionar e desconstruir as ordens racistas, sexistas e imperialistas que ordenam a sociedade (Nascimento, 2021). A visibilidade dessas narrativas, como a destacada por Ana Davenga, estudante, mulher cis bissexual, em sua reflexão sobre representatividade, não se trata apenas de ocupar espaços, mas de transformar esses espaços e questionar as normas dominantes que limitam as possibilidades de existência e expressão.

Nesse contexto, a narrativa de Ana Davenga se conecta diretamente com o entendimento de Nascimento (2021) sobre a necessidade de abrir as experiências pessoais como forma de denúncia das violências estruturais em coletivo: “[...] podemos nós, mulheres trans negras, falar de nossas existências de modo a questionar as ordens racistas, sexistas e imperialistas que ordenam o mundo?” (p. 50).

Gayatri Spivak (2010) questiona: “pode o subalterno falar?”, já Lélia Gonzalez (1984) afirma, é necessário que o “lixo” da sociedade fale, isto é, que as experiências de sujeitos dissidentes sejam ouvidas, não apenas como denúncias, mas como formas de resistência que, ao se tornarem visíveis, desestabilizam as normas e as ordens racistas, sexistas e heteronormativas que perpetuam a opressão. O pessoal, então, torna-se político, pois ao se afirmar como sujeito, o indivíduo questiona as estruturas de poder e abre caminho para a construção de novas formas de ser e de existir (Nascimento, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa concentrou-se nas dinâmicas de exclusão presentes nesse contexto escolar, buscando entender como os estudantes expressam suas identidades em um ambiente marcado por normas cis-heteronormativas. Optei por evitar conclusões definitivas, adotando uma abordagem que considerasse a realidade vivida pelos estudantes como algo dinâmico e inserido em um tempo e espaço específicos. Tratei as experiências dos participantes como processos em constante (trans)formação, interagindo com as questões sociais e culturais de

sua época. Busquei abordar essas narrativas de forma contextualizada, reconhecendo as complexidades e as elaborações contínuas dos sujeitos.

Inspirado pelas escrituras de Conceição Evaristo, propus-me a uma escrita que se debruça sobre o vivido e as polifonias compartilhadas com outros, dissolvendo a linha divisória entre autor e narrador, entre ficção e história, permitindo que essas dimensões se entrelaçassem na narrativa construída. Seguindo Rocha e Aguiar (2007), reconheço que estar implicado na pesquisa exige compreender minhas próprias implicações e como os sujeitos são influenciados pelos contextos analisados. Nesse processo, vi a necessidade de combater a naturalização das normas existentes na instituição escolar.

Destarte, enquanto pesquisador principal, tive a oportunidade de me implicar na perspectiva da pesquisa-intervenção, reconhecendo a importância de criar dispositivos de enunciação que favorecessem a escuta e a expressão dos sujeitos envolvidos. A vivência desse processo se fez ainda mais significativa por ser, também, um corpo dissidente, inserido no ambiente escolar não apenas como observador, mas como parte de um movimento de resistência que reverbera através das vozes dos estudantes. Ao escutá-los, pude ouvir, além de suas narrativas, vozes que também são minhas; vozes de resistência em um pertencimento que se tece a partir do encontro e da troca. Esse exercício de escuta implicada foi fundamental para legitimar a escrita que se constrói nesse trabalho, uma escrita que não se limita ao acadêmico, mas que se abre para a construção de um saber que é, ao mesmo tempo, meu e de outros. Portanto, não findo o encerramento do debate de um cis-tema posto, mas sim a proposta de abertura para novas possibilidades de reflexão e análise.

Os resultados revelaram a complexidade da escola, um espaço simultaneamente familiar e desafiador, onde as escre(vivências) dos estudantes se manifestam como formas de resistência e esforços por pertencimento. Essas vozes dissidentes, longe de se conformarem com uma resistência passiva, afirmam suas identidades ativamente, seja por meio de gestos cotidianos ou na construção de coletivos de apoio, desafiando as normas cis-heteronormativas. Através dessas enunciações, os estudantes não apenas rompem com as expectativas sociais, mas abrem espaço para novas formas de subjetividade e pertencimento, criando um ambiente escolar mais inclusivo e plural.

A pesquisa trouxe indícios de dinâmicas de exclusão vivenciadas pelos estudantes e reflexões sobre os impactos do silenciamento em suas experiências escolares. Esses elementos reforçam a urgência de políticas e práticas pedagógicas que promovam uma inclusão genuína, que vá além do discurso. Nesse sentido, a atuação do(a) psicólogo(a) se apresenta como fundamental, devendo ser uma prática sensível, crítica e comprometida, capaz de estabelecer

pontes entre o saber acadêmico e o respeito pelas singularidades de cada sujeito. Os relatos dos estudantes oferecem pistas acerca do papel do(a) psicólogo(a) na escola, o de um(a) mediador(a) que, por meio de práticas inclusivas, auxilia na criação de um ambiente acolhedor, respeitoso e capaz de compreender as experiências vividas pelos estudantes.

O fortalecimento de espaços seguros dentro das escolas pode envolver medidas como a formação de grupos de apoio para estudantes, políticas claras contra discriminação e bullying, e a implementação de materiais pedagógicos que valorizem as dissidências. Já a capacitação de professores e gestores para uma educação sensível e inclusiva exige treinamentos contínuos que abordem questões de gênero e sexualidade de forma crítica, além da inclusão desses temas nos programas de formação inicial e continuada. Reconheço que transformar as instituições educacionais em locais de acolhimento e respeito mútuo é um desafio que demanda tempo, comprometimento e articulação com diferentes atores da comunidade escolar, mas acredito que passos concretos podem contribuir para um ambiente onde vozes antes silenciadas possam finalmente ecoar.

No horizonte de futuras investigações sobre dissidências de gênero e sexualidade no cotidiano escolar, abre-se a possibilidade de aprofundar a compreensão das práticas pedagógicas inclusivas e avaliar a eficácia das políticas públicas na criação de espaços acolhedores e seguros. Outrossim, seria enriquecedor explorar a interseccionalidade das identidades dissidentes, levando em conta as complexas relações entre gênero, raça, classe social e religião, bem como a formação continuada de educadores, elementos essenciais para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e respeitosa.

No ambiente escolar, as práticas de enunciação tornam-se um ato de (re)invenção, desafiando normas e criando espaço para novas formas de subjetividade e pertencimento. Essas enunciações não ocorreram isoladamente, mas em uma rede de relações que rompem com estruturas de poder, tornando o espaço escolar mais inclusivo e profuso. A escrevivência, como prática de liberdade, convoca à ação coletiva e ao diálogo, reafirmando a legitimidade das existências diversas. Na adversidade, a caneta e o papel se transformam em instrumentos de combate aos discursos discriminatórios. Ocupamos as ruas, as universidades e as escolas, e, por meio de nossas narrativas, fazemos da resistência uma ética pulsante de (re)existir.

REFERÊNCIAS

- ALVES, N. Decifrando o pergaminho: o cotidiano nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, I. B. de; ALVES, N. (Orgs.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 13-38.
- ALVES, C. P. Narrativas de história de vida e projeto de futuro no estudo do processo de identidade. **Textos & Debates**, v. 1, n. 31, p. 33-41, 2017. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/4255/pdf>. Acesso em: 9 nov. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1967.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 329.
- BONFIM, J.; MESQUITA, M. R. “Nunca falaram disso na escola...”: um debate com jovens sobre gênero e sexualidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília, v. 8, 1997.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (Ed. original: 1990).
- CAMPOS, L. M. L. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 21, n. 4, p. I-IV, out. 2015.
- CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011. ISSN 1645-1384. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2011/vol11/no2/15.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 1, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão de orientação sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 9 nov. 2024.
- EVARISTO, C. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Orgs.). **Escrivivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Míma Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.
- EVARISTO, C. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, C. Cadernos negros 25: poemas afro-brasileiros. In: RIBEIRO, E.; BARBOSA, M. (Orgs.). **Cadernos negros 25: poemas afro-brasileiros**. São Paulo: Quilombhoje: Editora Anita, 2002.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

FRANÇA, F. F.; CALSA, G. C. Reflexões e reconstruções sobre o conceito de gênero: um trabalho de intervenção com docentes. **Seminário de Pesquisa do PPE**, Universidade Estadual de Maringá, 8-9 jun. 2009.

FREIRE, N.; HADDAD, F.; RIBEIRO, M. Construindo uma política de educação em gênero e diversidade. In: PEREIRA, M. E. et al. (Orgs.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES FILHO, A. dos S.; NUNES, L. F.; LAVOR FILHO, T. L. de. A escrevivência do corpo na composição de experiências dissidentes de gênero decoloniais. Bagoas - **Estudos gays: gêneros e sexualidade**, v. 14, n. 22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/22850>. Acesso em: 21 maio 2024.

GONÇALVES NETO, J. U.; LIMA, A. F. A história de Maria, uma jovem que se tornou uma cuidadora-que-fala-confronta-e-esclarece: uma análise do processo de metamorfose na perspectiva da psicologia social. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 3, n. 1, p. 30-51, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475847405003>. Acesso em: 9 nov. 2024.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALEZ%2C%20L%2C%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 8 nov. 2024.

HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

LARROSA, J. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 4-27, jul./dez. 2011.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. Trad. S. Funck. In: HOLLANDA, H. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEITE JUNIOR, F. F. **“Vem cá que eu te conto!”: trajetórias profissionais de travestis e transexuais: interseções entre corpo, gênero, sexualidade e raça**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. **Psicologia escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

NASCIMENTO, L. C. P. do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NUNES, P. V.; RIBEIRO, S. S.; GIRALDI, P. M. Escrevivência: um olhar decolonial com recorte de gênero a partir da educação de jovens, adultos e idosos. **Cadernos CIMEAC**, v. 11, n. 1, p. 139-162, 2021.

OLIVEIRA, L. “Escrevivência” em “Becos da Memória”, de Conceição Evaristo. **Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 17, n. 2, p. 621-623, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2009000200019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 maio 2024.

OLIVEIRA, M. J.; SAMPAIO, J. C. C. Escrevivência: um conceito em expansão. **Porto das Letras**, v. 8, n. 4, p. 273-290, 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/11837>. Acesso em: 21 maio 2024.

PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 18-25, set. 2005.

POCAHY, F. A. Perturbações discursivo-desconstrucionistas sobre gênero e sexualidade: conhecimentos e contestação nas margens. In: DIAS DA SILVA, A. P. (Org.). **Sobre pessoas (sexuais) e seus papéis socioculturais**: ensaios de literatura e psicologia. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

POCAHY, F. A.; DORNELLES, P. G. Problematizando gênero e sexualidade em interlocução com educadoras/res de uma escola confessional-filantrópica. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n. 1, p. 127-150, 2019.

PEREIRA, M. E. **Psicologia social dos estereótipos**. São Paulo: EPU, 2002.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução sobre gêneros na escola. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVA, A. J. H. **Metodologia de pesquisa**: conceitos gerais. Paraná: Unicentro, 2014.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, A. L. S. Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip hop. 2009. 219 p. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269280>. Acesso em: 21 maio 2024.

SOUZA, V. O.; MIRANDA, C. A. S. Relações de raça e gênero na escola: escrevivências de uma prática pedagógica. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 5, n. 2, p. 80-95, 2022. DOI: 10.29327/269579.5.2-8. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/5085>. Acesso em: 21 maio 2024.

TRAVASSOS, E. Estereótipos de gênero. In: FLEURY-TEIXEIRA, E. M.; MENEGHEL, S. N. **Dicionário feminino da infâmia**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015. p. 132-134.

WALTER, S. A.; BACH, T. M. Adeus papel, marca-textos, tesoura e cola: inovando o processo de análise de conteúdo por meio do ATLAS.ti. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 275-308, 2015.

WEEKS, J. **El malestar de la sexualidad: significados, mitos y sexualidades modernas**. Madrid: Talasa, 1993.

ANEXO I



TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **“DESCASCOU O MEDO PRA CABER CORAGEM’: ESCRE(VIVENDO) RESISTÊNCIAS DE CORPOS DISSIDENTES EM GÊNERO E SEXUALIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR”**. Seus pais/responsáveis permitiram que você participasse da pesquisa cujo objetivo geral é: Discutir as condições de enunciação de estudantes secundaristas acerca das dissidências de gênero e sexualidade vivenciadas no cotidiano de uma escola pública. Para isso, está desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas, cujo os objetivos específicos: a) Discutir, sob um prisma psicossocial, a produção de subjetivação constituída pelas questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar. b) Analisar a produção discursiva das experiências de estudantes secundaristas por meio da escrevivência enquanto uma ferramenta metodológica. c) Investigar os modos de resistência produzidos por estudantes secundaristas como políticas antidiscriminatórias de suas próprias existências, na redução de estereótipos de gênero e sexualidade. As crianças/pessoas que irão participar dessa pesquisa têm de 14 a 18 anos de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita no/a E.M.T.I.H. Professora Lourdes Costa na cidade de Icó-Ce, onde as crianças/participantes participarão de 7 grupos focais. Para isso, será produzida a gravação audiovisual das discussões em cada grupo focal. O uso das transcrições é considerado seguro, mas é possível ocorrer riscos, que são:

01. Risco mínimo: Possível constrangimento em responder as perguntas e dialogar no grupo focal;
02. Risco moderado: Exposição das informações disponibilizadas pelo participante no grupo focal.

Diante dos riscos apresentados serão tomadas as seguintes medidas de minimização:

Para o risco 01: No primeiro encontro de grupo focal será devidamente explicado o objetivo da pesquisa, as possíveis perguntas a serem feitas e o funcionamento de cada encontro de grupo focal, relatando, brevemente, ao que se propõe a pesquisa.

Para o risco 02: As informações dos participantes serão resguardadas com cautela e sigilo. Apenas os pesquisadores terão acesso e domínio dos dados colhidos e transcritos.

Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones (88) 9.9920-4547 do/a pesquisador/a Profa. Ma. Meury Gardênia Lima de Araújo (CPF 010.552.533-27), na função de pesquisadora principal, e (88) 98221-9039 de Davi Carmo Alencar (CPF 042.221.063-30), na função de assistente de pesquisa. Mas há coisas boas que podem acontecer, que são os benefícios da pesquisa. Listamos três para seu conhecimento: 1) Compreende benefícios significativos à sociedade ao aumentar a conscientização sobre as questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar. Ao discutir as condições de enunciação dos estudantes sobre dissidências de gênero e sexualidade, a pesquisa promove uma maior compreensão e sensibilização da comunidade escolar e da sociedade em geral, contribuindo para a criação de um ambiente mais inclusivo às dissidências. As conclusões podem também informar a criação e a melhoria de políticas educacionais antidiscriminatórias. 2) Para os participantes da pesquisa, ao discutir suas experiências e formas de resistência, os estudantes ganham um espaço para se expressar, sentir-se ouvidos e reconhecidos, o que pode fortalecer sua autoestima e senso de identidade. Participar do estudo e refletir sobre suas próprias estratégias de resistência pode ajudá-los a desenvolver maior capacidade de lidar com situações antidiscriminatórias. Ademais, a pesquisa pode facilitar a construção de redes de apoio entre os estudantes que compartilham experiências semelhantes, promovendo um senso comunitário entre pares. 3) No campo científico, a relevância da pesquisa refere-se ao campo dos estudos de gênero e sexualidade, que tem se firmado na Psicologia ao longo de sua trajetória árdua e com suas intersecções estabelecendo-se a partir de uma série de discussões e movimentos alheios às reivindicações políticas. Ao discutir a produção de subjetivação e as condições de enunciação sob um prisma psicossocial torna-se propício novas perspectivas e dados empíricos que fomentam novos conhecimentos sobre os marcadores sociais de gênero e sexualidade. Bem como, a investigação dos modos de resistência e suas implicações nas políticas antidiscriminatórias promove um diálogo interdisciplinar. Se você morar longe da E.M.T.I.H. Professora Lourdes Costa na cidade de Icó-Ce, nós daremos a seus pais dinheiro suficiente para transporte, para também acompanhar a pesquisa. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as crianças que participaram da pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa produziremos um Relatório de Síntese da Pesquisa, que é um produto de Trabalho de

Conclusão de Curso em Psicologia. Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar ou ao pesquisador/a assistente Davi Carmo Alencar. Eu escrevi os telefones na parte de cima desse texto.

Eu _____ aceito participar da pesquisa **“DESCASCOU O MEDO PRA CABER CORAGEM’: ESCRE(VIVENDO) RESISTÊNCIAS DE CORPOS DISSIDENTES EM GÊNERO E SEXUALIDADE QUE TRILHAM A DIVERSIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR”**, que tem como objetivo geral: Discutir as condições de enunciação de estudantes secundaristas acerca das dissidências de gênero e sexualidade vivenciadas no cotidiano de uma escola pública. Para isso, está desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas, cujo os objetivos específicos: a) Discutir, sob um prisma psicossocial, a produção de subjetivação constituída pelas questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar. b) Analisar a produção discursiva das experiências de estudantes secundaristas por meio da escrevivência enquanto uma ferramenta metodológica. c) Investigar os modos de resistência produzidos por estudantes secundaristas como políticas antidiscriminatórias de suas próprias existências, na redução de estereótipos de gênero e sexualidade.

Portanto, entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar furioso. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante



Impressão dactiloscópica

Assinatura do Pesquisador

ANEXO II

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Meury Gardênia Lima de Araújo, CPF: 010.552.533-27, pesquisadora principal, e Davi Carmo Alencar, CPF: 042.221.063-30, assistente de pesquisa, estão juntamente ao curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado realizando o Projeto de Pesquisa intitulado **“DESCASCOU O MEDO PRA CABER CORAGEM?: ESCRE(VIVENDO) RESISTÊNCIAS DE CORPOS DISSIDENTES EM GÊNERO E SEXUALIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR”** que tem como objetivo geral: Discutir as condições de enunciação de estudantes secundaristas acerca das dissidências de gênero e sexualidade vivenciadas no cotidiano de uma escola pública. Para isso, está desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas, cujo os objetivos específicos: a) Discutir, sob um prisma psicossocial, a produção de subjetivação constituída pelas questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar. b) Analisar a produção discursiva das experiências de estudantes secundaristas por meio da escrevivência enquanto uma ferramenta metodológica. c) Investigar os modos de resistência produzidos por estudantes secundaristas como políticas antidiscriminatórias de suas próprias existências, na redução de estereótipos de gênero e sexualidade.

Por essa razão, o (a) convidamos a participar da pesquisa. Sua participação consistirá na participação de 7 encontros de grupos focais presenciais. Compreendendo o percurso de investigação da pesquisa, serão trabalhados temas relacionados ao atravessamento dos marcadores sociais, gênero e sexualidade no cotidiano escolar e os modos de resistência que advêm dos mesmos. Concebe como participantes da pesquisa os alunos da instituição participante da pesquisa: E.M.T.I.H. Professora Lourdes Costa. Os encontros de grupo focal deverão ser gravados com recurso de gravador de voz. Para isso, será obedecida a Resolução nº 510, 07 de Abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, no capítulo I e parágrafo XXII, em que afirma que a autorização poderá ser recolhida dos participantes na modalidade áudio e/ou vídeo confirmando o livre consentimento de participação na pesquisa, na não possibilidade de assinatura do TCLE impresso.

Vale lembrar que os participantes da pesquisa por terem idade inferior a idade de 18 anos, precisam obrigatoriamente ter o consentimento dos pais ou responsáveis legais que aprovam a participação na pesquisa, devendo, portanto, assinar este TCLE.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, entretanto, maiores devem ser os esforços para minimizar os mesmos. Os riscos que podem ser evidenciados pela pesquisa consistem na exposição de fatores, causas, motivos e informações pessoais relevantes da vida do sujeito participante na pesquisa, podendo desencadear sentimentos e comportamentos de desconforto antes, durante e depois da pesquisa.

A pesquisa possui riscos mínimos, que são:

01. Risco mínimo: Possível constrangimento em responder as perguntas e dialogar no grupo focal;
02. Risco moderado: Exposição das informações disponibilizadas pelo participante no grupo focal;

Diante dos riscos apresentados serão tomadas as seguintes medidas de minimização:

Para o risco 01: No primeiro encontro de grupo focal será devidamente explicado o objetivo da pesquisa, as possíveis perguntas a serem feitas e o funcionamento de cada encontro de grupo focal, relatando, brevemente, ao que se propõe a pesquisa.

Para o risco 02: As informações dos participantes serão resguardadas com cautela e sigilo, preservando o seu anonimato. Apenas os pesquisadores terão acesso e domínio dos dados colhidos e transcritos.

No entanto, tais riscos podem ser elencados com possíveis reações consequentes como manifestações de aversão, mal-estar físico e psicológico. Portanto, a exposição de qualquer risco iminente ou agravante mais eufêmico manifestados, Eu Meury Gardênia Lima de Araújo, realizarei os encaminhamentos devidos ao suporte no Serviço de Psicologia Aplicada da Clínica Escola do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, localizada no endereço: Av. Nogueira Acioly - Centro, Icó - CE, 63430-000, telefone: (88) 3561-2760. A partir do encaminhamento, o participante será acolhido e realizar-se-á as devidas medidas de minimização dos riscos da pesquisa para o sujeito.

Compreende benefícios significativos à sociedade ao aumentar a conscientização sobre as questões de gênero e sexualidade no cotidiano escolar. Ao discutir as condições de enunciação dos estudantes sobre dissidências de gênero e sexualidade, a pesquisa promove uma maior compreensão e sensibilização da comunidade escolar e da sociedade em geral, contribuindo para a criação de um ambiente mais inclusivo às dissidências. As conclusões podem também informar a criação e a melhoria de políticas educacionais antidiscriminatórias.

Para os participantes da pesquisa, ao discutir suas experiências e formas de resistência, os estudantes ganham um espaço para se expressar, sentir-se ouvidos e reconhecidos, o que pode fortalecer sua autoestima e senso de identidade. Participar do estudo e refletir sobre suas próprias estratégias de resistência pode ajudá-los a desenvolver maior capacidade de lidar com situações antidiscriminatórias. Ademais, a pesquisa pode facilitar a construção de redes de apoio entre os estudantes que compartilham experiências semelhantes, promovendo um senso comunitário entre pares.

No campo científico, a relevância da pesquisa refere-se ao campo dos estudos de gênero e sexualidade, que tem se firmado na Psicologia ao longo de sua trajetória árdua e com suas intersecções estabelecendo-se a partir de uma série de discussões e movimentos alheios às reivindicações políticas. Ao discutir a produção de subjetivação e as condições de enunciação sob um prisma psicossocial torna-se propício novas perspectivas e dados empíricos que fomentam novos conhecimentos sobre os marcadores sociais de gênero e sexualidade. Bem como, a investigação dos modos de resistência e suas implicações nas políticas antidiscriminatórias promove um diálogo interdisciplinar.

Destacar, ainda no convite, que a qualquer momento o participante poderá recusar a continuar participando da pesquisa e que também poderá retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Garantir que as informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto. Incluir que a qualquer momento o participante poderá ter acesso a informações referentes à pesquisa, pelos telefones/ endereço dos pesquisadores.

Endereço do responsável pela pesquisa:

Nome: Meury Gardênia Lima de Araújo

Instituição: Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS)

Endereço: Av. Monsenhor Frota, 609 - Centro, Icó - CE, 63430-000

Telefones para contato: (88) 9.9920-4547

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, os seus direitos e os aspectos éticos de sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS), Avenida Monsenhor Frota, Icó - Ceará, CEP: 63430-000.

O abaixo-assinado _____, ____ anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Icó, ____ / ____ / ____

Nome do participante da pesquisa	Data	Assinatura

Nome do pesquisador principal	Data	Assinatura

Nome do Responsável legal/testemunha	Data	Assinatura

(se aplicável)

Nome do profissional	Data	Assinatura

que aplicou o TCLE

ANEXO III

**TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, eu _____, portador (a) do Cadastro de Pessoa Física (CPF) número _____, declaro que, após leitura minuciosa do TCLE, tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores.

Ciente dos serviços e procedimentos aos quais serei submetido e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente da pesquisa **“DESCASCOU O MEDO PRA CABER CORAGEM’: ESCRE(VIVENDO) RESISTÊNCIAS DE CORPOS DISSIDENTES EM GÊNERO E SEXUALIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR”**, assinando o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e valor.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante ou representante legal



Impressão dactiloscópica

Assinatura do Pesquisador

ANEXO IV

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ**

Eu _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, residente à Rua _____, bairro _____, na cidade de _____, autorizo o uso de minha imagem e voz, no trabalho sobre título **“DESCASCOU O MEDO PRA CABER CORAGEM’: ESCRE(VIVENDO) RESISTÊNCIAS DE CORPOS DISSIDENTES EM GÊNERO E SEXUALIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR”**, produzido pelo aluno **Davi Carmo Alencar** do curso de Psicologia, semestre 2024.2, turma 10º Semestre, sob orientação do(a) Professor(a) Ma. Meury Gardênia Lima de Araújo. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e voz acima mencionadas em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão de minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

_____, _____ de _____ de _____.

Cedente